

REFLEXÃO SOBRE A INCLUSÃO SOCIAL E EDUCACIONAL

REFLECTION ON SOCIAL AND EDUCATIONAL INCLUSION

Karin Débora Rodrigues¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a atual situação da inclusão educacional relacionada à inclusão social por serem processos indissociáveis e que se complementam constantemente. Inicialmente, há um levantamento breve sobre as conquistas nesse campo realizado por meio de programas oficiais e por Organizações Não Governamentais. Após isso, há a delimitação das três principais correntes transformadoras que se propõem a transformar a sociedade de forma mais equitativa, a corrente marxista-revolucionária, a corrente reformista e a corrente do sistema de tributação progressiva, bem como uma análise de suas contribuições. Feito isso, há um apontamento sobre algumas sugestões de como enfrentar os processos de exclusão social que compõem a realidade atual. Finalmente, com todo o embasamento já citado, ocorre a abordagem de alguns logros já alcançados no campo da Educação Inclusiva e algumas sugestões para que a mesma possa realmente ocorrer dentro da rede regular de ensino em nosso país por meio da capacitação e da conscientização de todos os profissionais envolvidos nos processos educativos e de toda a comunidade escolar.

Palavras-chave: Inclusão. Social. Educação. Inclusiva.

Abstract

This article aims to reflect on the current situation of educational inclusion in relation to social inclusion, as these processes are inseparable and constantly complement each other. First of all, there is a brief survey of the achievements in this field made through official programs and by Non-Governmental Organizations. After this, there is a delineation of the three main transformative trends that propose to transform society in a more equitable way, the Marxist-revolutionary trend, the reformist trend and the progressive taxation system trend, as well as an analysis of their contributions. After that, there are some suggestions on how to deal with the processes of social exclusion that make up today's reality. Finally, with all of the aforementioned foundation, there is an approach to some of the achievements already made in the field of Inclusive Education and some suggestions so that it can really take place within the regular

¹ RODRIGUES, Karin Débora, Pedagoga graduada pela FAFIPA – Paranavaí. Especialista em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental (Pré-escolar e Alfabetização) pela UNOPAR, Especialista em Administração e Supervisão e Orientação Educacional pela FANP/ESAP, Especialista em Educação Especial e Atendimento as Necessidades Especiais pela FANP/ESAP e Especialista em Arte, Educação e Terapia pela FSB. Graduada de Filosofia Tecnológica Federal do Paraná. Graduada de Filosofia/Parfor, pela Universidade de Maringá – UEM – PR.
E-mail: karindrodrigues@gmail.com

education network in our country through the training and awareness of all the professionals involved in the educational processes and the entire school community.

Keywords: Inclusion. Social. Education. Inclusive.

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo realizar una reflexión sobre la actual situación de la inclusión educacional relacionada a la inclusión social por ser procesos indisociables y que se complementan constantemente. Inicialmente hay un levante breve sobre los logros en ese campo realizado por medio de programas oficiales y por Organizaciones No Gubernamentales. Después de eso hay la delimitación de las tres principales corrientes transformadoras que se proponen a transformar la sociedad de modo más equitativo, la corriente marxista-revolucionaria, la corriente reformista y la corriente del sistema de tributación progresiva, así como un análisis de sus contribuciones. Hecho eso hay un apuntamiento sobre algunas sugerencias de cómo enfrentar los procesos de exclusión social que componen la realidad actual. Finalmente, con todo ese embasamiento ya citado, ocurre el abordaje de algunos logros en el campo de la Educación Inclusiva y algunas sugerencias para que ella pueda realmente ocurrir dentro de la red regular de enseñanza en nuestro país por medio de la capacitación y de la concientización de todos los profesionales envueltos en los procesos educativos y de toda la comunidad escolar.

Palabras clave: Inclusión. Social. Educación. Inclusiva.

1) INTRODUÇÃO

A inclusão tem sido um tema recorrente de diversos debates e projetos de lei, seja ela social ou educacional. Porém, quanto mais se fala sobre o assunto mais se enxerga como esse processo pode ser complexo e encontrar diversos entraves para a sua efetivação.

Ao olhar para traz na história, não dá para negar que o aluno que tem necessidades educacionais especiais tem sofrido discriminação social e educacional, muitas vezes tendo seus direitos básicos negados para o exercício de sua cidadania.

Construir um conceito coletivo de Educação Inclusiva é dever de todos. Ela se baseia na ideia de suprir as necessidades individuais de cada aluno e rechaça o conceito de que todos os alunos devem chegar aos mesmos lugares. Para que ela ocorra é preciso repensar as ações internas das instituições de ensino, alterando seu funcionamento diário para contemplar o pluralismo cultural de seu corpo discente e

que implemente ações que possam suprir as necessidades educacionais individuais de seus alunos, ou seja, a educação deve focar o aluno.

O presente artigo explana algumas reflexões sobre a Educação Inclusiva e a relação com a Inclusão Social, afinal os dois processos são indissociáveis e se complementam constantemente.

2) METODOLOGIA

Utilizaremos a metodologia da revisão bibliográfica tanto de publicações que possam apontar e delimitar tendências pedagógicas já utilizadas durante a trajetória histórica de nosso país, bem como documentos oficiais e fontes mais atuais para que dessa forma seja possível explicitar tendências pedagógicas modernas e vigentes.

Todo ele se caracteriza pelo cunho bibliográfico. Para produção do mesmo, foram utilizados recursos como: artigos, monografias e trabalhos aprovados disponíveis na íntegra, sites governamentais, livros publicados com autores renomados.

3) DESENVOLVIMENTO

A educação inclusiva tem sido um tema recorrente em várias áreas do saber nos últimos tempos. Inclusive a comunidade escolar tem demandado das instituições pertinentes ações relacionadas ao referido tema. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência aprovada pela ONU em 2006 estabelece que o Estado deve prover uma organização formal de educação inclusiva para todos os níveis de ensino, em circunstâncias que possam intensificar o desenvolvimento pedagógico e social. Para que isso seja viável e que venha a ocorrer, é preciso tomar medidas específicas como determina o documento em questão no artigo 24:

- a) As pessoas com deficiência não serão excluídas do sistema geral de educação sob alegação de deficiência e que seus filhos não serão excluídos do ensino primário ou secundário gratuito, também sob a alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência poderão ter acesso ao ensino primário e secundário inclusivo, de qualidade, gratuito e compulsório, em base de igualdade com as demais pessoas na comunidade em que vivem (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006).

Quando o documento cita “a igualdade com as demais pessoas” no citado artigo 24 engloba a inclusão escolar definida pelo Estado como o estabelecimento de igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos, mas também pode ser entendido como toda a abrangência escolar com sua liberdade de propagar o conhecimento por meio da socialização inerente ao sistema educacional

(CONSTITUIÇÃO BRASIL, 1988, p.23). Não há como conceber uma instituição de ensino que se diz inclusiva sem esse conceito de igualdade constitucional sendo aplicado no dia a dia como meio do processo de ensino e aprendizagem.

Abordando agora dos programas oficiais bem como os das ONGs nota-se que tratam os processos de exclusão de modo parcial, às vezes focando na geração de renda relacionado a programas como bolsa escola, cesta básica e assim por diante, ou focando na geração empregatícia principalmente nos estados no nordeste devido as suas constantes secas. Seja como for, esses programas não logram efetivar uma inclusão social, pois omitem a essência do fenômeno, a perda da autoestima e da identidade de fazer parte de um grupo socializado.

Para que se possa afirmar que a inclusão realmente ocorreu é preciso que os indivíduos objetos do processo sejam capacitados para recuperar sua dignidade e conquistar além de um trabalho e salário, uma moradia digna, acesso à cultura saúde e educação.

Esta proposta vai mais além do que é realizado pelos programas filantrópicos aplicados por ONGs e demanda uma parceria constante do poder público por meio de programas preventivos, principalmente nos que dizem respeito à economia, em âmbito federal que perpassem as incumbências dos âmbitos estaduais e municipais.

Os grandes projetos realizados por diversas áreas do poder público não podem ser considerados como concorrendo ou podendo substituir programas e projetos aplicados pelas ONGs ou outras organizações civis. Os dois são importantes e se complementam, sempre que ambos não sejam utilizados para atingir objetivos políticos ou partidários.

Se olharmos para trás nas últimas décadas vamos notar que houve sim um progresso relativo da sociedade nas tomadas de decisão em diversas áreas, até mesmo na organização de recursos governamentais.

Ao observar essa realidade é possível antever os períodos futuros com as autoridades e instituições tradicionais tentando manter a posição das classes que possuem o poder. E de outro lado, as muitas organizações civis aumentando seu conhecimento e experiência para continuar defendendo as demandas públicas, garantindo maior desprendimento na habilidade de gerenciar seu próprio futuro no processo de inclusão e integração social.

3.1 Correntes transformadoras

Quando os especialistas em integração social se juntam a fim de seriar as principais correntes transformadoras das estruturas sociais via de regra as classificam em três.

Primeiramente podemos apontar a corrente marxista-revolucionária que era a mais forte no começo do século XX e que se baseava em ações de agregação de poder por meio de levantamentos armados. Por volta de uns cem anos depois essa corrente passou por um processo de revisão e remodelação devido a diversos fatores, entre eles a dissolução da União Soviética e a inaptidão do socialismo dentro desse país continental, somados todos os déficits gerados pela coletivização imposta e todos os danos ambientais causados pela industrialização de choque.

Outra corrente, a reformista, vem para impulsionar os grupos sociais a gerar mudanças integradoras por médio da educação das massas para que por meio dela logrem ter a oportunidade de ocupar cargos que possam gerar uma reforma social. Porém, essa proposta se liga inevitavelmente às dinâmicas de acumulação de capital, o que faz com que os pilares da proposta sejam corroídos justo pelos principais eixos do sistema a serem derrubados. Apesar de abarcar o progresso trabalhista e técnico levando a um futuro mais desejável para seus indivíduos não o leva às castas populacionais.

Uma terceira corrente que tem agregado muitos adeptos, inclusive há um tempo o Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, se baseia no sistema de tributação progressiva principalmente aplicada em transações do tipo especulativo. Uma das taxas pontuais que podemos destacar que faz parte desse sistema é a Taxa Tobin que funciona como um tipo de CPMF que é aplicada a transações internacionais com rendimentos que poderiam ser usados para projetos de desenvolvimento social em diversos países mais carentes e com problemas sociais.

Mas essa proposta, assim como a anterior, fica bitolada por uma questão de poder, porque o Estado muitas vezes não possui nem os meios e nem o desejo de abraçar problemas sociais e implantar um sistema tributário que gere uma distribuição mais equilibrada da verba pública.

Analisar brevemente as principais correntes que se propõem a gerar uma integração social nos ajuda a ver que não existe uma solução simples, única ou igual para toda e qualquer disparidade social. Construir uma sociedade democrática e equitativa é um processo longo, moroso e muito complexo por causa dos muitos entraves colocados pelas forças conservadoras e mantenedoras do poder capital.

3.2 Como enfrentar a exclusão social

Constatada a complexidade dos processos relacionados à exclusão social e dos que podem levar a uma sociedade mais equilibrada socialmente agora algumas formas de lidar com a exclusão serão explanados.

A exclusão social geralmente faz com que determinados grupos passem a ter seu acesso limitado ou impedido a algumas áreas do mercado de trabalho, a moradia adequada e a atendimento adequado de saúde, educacional e ao lazer.

A cada dia aumenta mais a quantidade de gestores municipais que tem conseguido melhorar o acesso de mais grupos sociais à integração por meio de diversos programas que tem como objetivo o resgate da dívida social.

Podemos citar como exemplo políticas de habitação realistas em consonância a produção de trabalho por meio de cooperativas com microcrédito e também vários reforços de capacitação profissional. Também é preciso focar na habilitação desses grupos para que eles possam exercer sua cidadania por meio de processos de alfabetização de jovens e adultos e a oferta de grupos para a produção de artesanatos e momentos de recreação.

Só construir e debater teorias ou correntes que podem levar a uma inclusão social não leva a nada. É preciso que essas correntes levem a ações práticas e realmente transformadoras das realidades sociais. Além disso, também é possível afirmar que os resultados almejados precisam ser acompanhados de processos de aprendizado social para que o público-alvo possa participar ativamente de ações coletivas sociais e de políticas públicas. Outro elemento importante a ser considerado é a constante avaliação das devolutivas do poder público às demandas sociais universais garantidas pelos direitos do cidadão.

Os programas de inclusão social devem ser guiados por ações coletivas embasadas em conhecimentos específicos. Agora para que essas ações coletivas possam ser efetivas propomos ir mais além do conhecimento específico que muitas vezes é fragmentado e setorizado. É necessário que haja um pensamento sistêmico por meio de grupos interdisciplinares e troca de informações com os protagonistas desses programas para que os mesmos possam ser capacitados para acompanhar o trabalho realizado em fóruns, grupos de verificação legislativa e assim por diante. Dessa forma a população passa a ser instigada a participar dos processos de organização social e a assumir um papel ativo na integração social.

3.3A Educação Inclusiva

A Educação Inclusiva está firmemente embasada no direito à educação e na universalização de acesso à mesma, bem como na atenção à diversidade. A busca de uma educação de qualidade para todos leva a organização de um sistema de ensino que seja centrado na criança e na atuação ativa das famílias e da comunidade escolar nas escolas, nos processos de organização pedagógicos e no processo de ensino e aprendizagem.

Promover a Educação Inclusiva envolve identificar os entraves que determinados grupos encontram ao buscar uma educação de qualidade e também promover ações que possam derrubar essas barreiras estruturando assim um modelo de educação e de escola que esteja sempre aberta às diferenças. Por isso é possível afirmar que promover a inclusão inclui promover a mudança da escola e das alternativas pedagógicas do sistema regular de ensino.

A referida educação é um dos direitos humanos e por isso demanda a criação de políticas públicas relacionadas a sua implantação. O conceito que permeia a maior parte das opiniões sobre a Educação Inclusiva é de que as instituições de ensino são espaços em que ocorrem ações de transformação social e dessa forma as políticas educacionais e sociais podem levar a conquista dos direitos dos grupos populacionais. A implantação dessas políticas sociais implica em diversas adequações nos processos de gestão escolar, formação de docentes, metodologias pedagógicas e ações colaborativas que possam suprir as necessidades dos alunos.

É preciso destacar que inclusão social não é apenas aceitar a todos os alunos que tenham necessidades especiais na rede regular de ensino. Para que uma real inclusão possa ocorrer é preciso que esse aluno não tenha suas especificidades ignoradas, mas que haja suporte tanto ao professor como à escola para suprir as necessidades pedagógicas especiais desse aluno.

As escolas inclusivas muitas vezes precisam de apoio especializado que pode ocorrer de modo sazonal ou fixo dependendo da demanda dos discentes. Porém, as escolas e os profissionais da educação também precisam se adequar e capacitar-se constantemente a fim de contribuir à oferta e constância de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Infelizmente existe o conceito de que transformar as instituições escolares a fim da implantação de uma escola inclusiva e uma utopia. Porém, é preciso destacar que

essas mudanças já estão acontecendo e que já há sistemas regulares de educação que estão nesse processo. Relacionado a isso é já é certo afirmar que os alunos com deficiências são o maior enfoque dos educadores inclusivos, mas sabe-se que a maior parte dos alunos que apresentam fracasso escolar não são advindas da Educação Especial, porém é bem provável que vão acabar sendo encaminhados a ela (MANTOAN, 2001, p.125-6).

A inclusão é desafiadora tanto para os professores como para os alunos. Mas essas dificuldades podem ser dirimidas por meio da formação de uma consciência humana sobre as possibilidades da humanidade. Sassaki (1999) afirma que para que isso ocorra é necessário que haja constantes esclarecimentos públicos aos docentes, discentes e seus familiares. Todas as instituições de ensino precisam implementar políticas que viabilizem a superação das dificuldades dos processos inclusivos para que dessa forma os alunos com necessidades especiais possam receber uma educação qualitativa e apoio especial.

É necessário reconhecer que basicamente existem dois tipos de exclusão que se estabelecem nas escolas: a que impede que alunos deficientes entrem nas instituições e a que expulsa os mesmos por dificultar demais a permanência deles.

A primeira forma de exclusão citada se relaciona à crença de que os alunos com necessidades especiais devam frequentar apenas escolas que sejam especializadas em educação especial. Já a segunda os alunos deficientes são excluídos durante o processo educativo por não lhes oferecer os meios para que possam ser adequadamente educados justificando-se que nem a escola e nem os profissionais tem as condições necessária para atendê-los.

Segundo Mantoan (2001), há ainda outro grupo de alunos que passam por esse segundo processo de exclusão escolar, os que não receberam um diagnóstico específico que os classifica como alunos especiais, mas que apresentam distúrbios de aprendizagem e que caem na mesma situação anteriormente citada.

Em suma, a maior parte dos professores da rede regular de ensino se declara como despreparados para atuar de forma satisfatória referente às diversas demandas dos alunos com necessidades especiais, justificando que em seus cursos de licenciatura não receberam a capacitação necessária para tal atuação profissional. Porém, essa necessidade foi levada em conta há alguns anos e todos os cursos que formam professores passaram a ter em sua grade curricular pelo menos uma disciplina voltada à Educação Especial. Desse modo, os professores atualmente estão

sendo formados de um modo que os levem ao mercado de trabalho com uma bagagem formativa para iniciar um trabalho dentro de uma concepção de Educação Especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços já citados o que se nota na rede regular de ensino é que na prática poucas mudanças ocorreram nas aulas para fazer com que elas possam oferecer um conhecimento mais universalizado.

Mesmo antes do início do processo de inclusão de alunos com deficiências, já havia muitos alunos que apresentavam atrasos de aprendizagem mesmo sem nenhum diagnóstico específico. Esses alunos muitas vezes eram rotulados de alunos especiais mesmo sem passar por processos avaliativos. Porém, é digno de nota que em muitos desses casos esses alunos estavam expostos às mesmas aulas com as mesmas metodologias utilizadas há décadas o que os levavam muitas vezes a não ter os meios necessários para aprender no mesmo ritmo de outros alunos.

O resultado desse tipo de trabalho é que não ocorre a formação integral de cidadãos críticos e éticos. Em alguns casos de alunos com dificuldades de aprendizagem até se formam, mas pouco sabem sobre como atuar como cidadãos formados. Dentro desse contexto, muitos professores ainda reproduzem um modelo de educação que está pautada em dogmas e preconceitos, numa educação que não dava espaço para a diversidade, principalmente para indivíduos com deficiências, pois eram considerados como incapacitados e sem possibilidades de se desenvolverem.

Conforme já mencionado, muitos dos entraves que existem em escolas inclusivas podem ser derrubados por professores que façam mão de sua criatividade e conhecimento específico da área para variar metodologias que contemplem todos seus alunos.

Esses valorosos professores logram transformar suas salas de aula em ambientes em que os alunos possam expressar-se, moldar suas concepções, buscar o conhecimento de forma prazerosa e dentro de suas especificidades. Suas atividades levam a momentos de diálogos entre professor e alunos para que dessa forma eles possam evidenciar seus conhecimentos, suas necessidades e suas motivações.

Por mais que essa realidade possa parecer utópica, um professor que internamente se apropriou dos conceitos da Educação Inclusiva pratica

constantemente e voluntariamente reflexões que possam ajudá-lo a moldar sua pedagogia para que possa contribuir para a inclusão social e educacional.

Dessa forma, acreditamos que a formação e capacitação profissionais constantes sejam de suma importância para a atuação docente. Mas a maior mudança que pode ocorrer para que se efetive a inclusão é interna, por meio da conscientização tanto dos profissionais da educação como da comunidade em geral. Pois isso leva naturalmente a ações verdadeiramente inclusivas.

REFERÊNCIAS

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira**. São Paulo: EDUC, 1993.

CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

MANTOAN, M. T. E. **Educação especial de deficientes mentais: problemas...** educacionais da pessoa com deficiência. São Paulo: UFSCar, 1996.

MANTOAN, M. T. E. (org.) **Pensando e fazendo educação de qualidade**. São Paulo: Moderna, 2001

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MAZZOTTA, M. J.S. **Educação Especial no Brasil – História e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006. Disponível em <https://www.un.org/>

PARO, V. H. **Escritos sobre Educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

SANTOS, M. P. **Educação Especial, inclusão e globalização: algumas reflexões**. INES: Espaço, 1997.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA Editora, 1999.